



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Av. Brasil 4365, - Bairro Manguinhos, @cidade_unidade@/, CEP 21040-900
Telefone: - <http://www.fiocruz.br>

Processo nº 25380.004149/2021-02

Unidade Gestora: CVSLR-VPDI

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRAS Nº
30/2022 QUE CELEBRAM ENTRE SI A FUNDAÇÃO
OSWALDO CRUZ E A LOCCUS DO BRASIL LTDA.**

A Fundação Oswaldo Cruz, por intermédio da **VICE PRESIDÊNCIA DE GESTÃO EM DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL-VPDI**, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede a Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ, doravante denominada de **FIOCRUZ** ou **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0001-35, neste ato representada pelo seu Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional, **Mário Santos Moreira**, portador da Carteira de Identidade nº 20295189, expedida pelo CRA/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 764.386.357-15, com nomeação publicada no DOU, Seção II de 02 de fevereiro de 2017, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria 201/2017, alterada pela portaria 1010/2017 e o a **LOCCUS DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 05.094.718/0001-08, sediada à Rua Santa Mônica, Nº 820 - Parque Industrial San José, CEP: 06715-865 - Cotia-SP, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. **Eva Aparecida Monteiro Alves**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 34.100.837-0 SSP/SP e CPF nº 216.991.058-12, brasileira, Casada, Analista de Licitações, tendo em vista o que consta no Processo nº 25380.004149/2021-02 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 38/2021 - COGEAD, por Sistema de Registro de Preços ATA nº 20/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos de laboratório, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 120 (cento e vinte) dias, com início na data de **11/02/2022** e encerramento em **10/06/2022**, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 254418

Fonte: 6153000000

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto de recebimento definitivo dos bens (pelo servidor responsável pelo recebimento ou pela comissão de recebimento do material, nos casos de contratações acima de R\$ 176.000,00), através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No

entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

5.14.

$$I = (TX) \cdot I = \left(\frac{6}{100} \right) \cdot I = 0,00016438$$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

6. **CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. São Obrigações da Contratada:

10.4. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.4.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

10.4.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.4.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.4.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.4.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.4.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.4.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.4.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

2. Multa:

1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias

2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

iii. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

1. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria

autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “4” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

11.4. As sanções previstas nos subitens “1”, “3”, “4” e “5” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação

das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA**

16.1. A CONTRATADA comprovou a regularidade respectiva, conforme consultas ao SICAF/CADIN/CEIS/CNJ/TST de 11/02/2022 conforme documento: 1468514, do presente processo.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

18.1. É eleito o Foro da cidade do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Pela Contratante

Mário Santos Moreira

Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional

Pela Contratada

Eva Aparecida Monteiro Alves

Loccus do Brasil Ltda.

Testemunhas:

Pela Contratante

Amanda Moura Sodré

Pela Contratada

Flávia Cassiana Gonçalves



Documento assinado eletronicamente por **EVA APARECIDA MONTEIRO ALVES, CPF: 216.991.058-12, IDENTIDADE: 34.100.837-0 SSP SP**, em 11/02/2022, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Cassiana Gonçalves, CPF: 298.623.238-84, IDENTIDADE: 309849627 SSP**, em 11/02/2022, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Moura Sodré, Prestadora de Serviço, CPF: 136.831.247-09**, em 11/02/2022, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCO AURELIO KRIEGER, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde**, em 11/02/2022, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1468521** e o código CRC **55D2E3CF**.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO RIO GRANDE DO SUL
SERVIÇO DE CONVÊNIOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

9º Termo Aditivo de Prorrogação de Ofício Ao Tc/Pac nº 223/2014
Compromitentes: Fundação Nacional de Saúde, CNPJ nº 26.989.350/0001-16, por meio da SUEST/RS, CNPJ nº 26.989.350/0534-06, sediada à Av. Borges de Medeiros, 536, 11º andar, Porto Alegre/RS, o Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 87.934.675/0001-96, sediado à Praça Marechal Deodoro da Fonseca - Palácio Piratini, a Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, inscrita no CNPJ sob o nº 92.802.784/0001-90, sediada à Rua Caldas Júnior, 120 e o Município de Silveira Martins/RS, CNPJ nº 92.457.217/0001-43, sediado à Rua 21 de Abril, 163. Objeto: Prorrogar de Ofício a vigência do TC/PAC por mais 25 dias, passando a expirar em 28 de Março de 2022. Signatário: Antonio Carlos Boszko, CPF nº 505.853.710-91. Data de assinatura: 11/02/2022. Processo nº 25100.007.169/2014-05.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RETIFICAÇÃO

NO EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 00006/2021 publicado no D.O de 2022-01-04, Seção 3. Onde se lê: Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2021. . Leia-se: Vigência: 11/02/2022 a 31/12/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 11/02/2022).

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2022 - UASG 254420 - FIOCRUZ/PRESIDENCIA

Nº Processo: 25380.004149/2021-02.
Pregão Nº 38/2021. Contratante: FUNDACAO OSWALDO CRUZ.
Contratado: 05.094.718/0001-08 - LOCCUS DO BRASIL LTDA. Objeto: O objeto do presente termo de contrato é a aquisição de de equipamentos de laboratório, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no termo de referência..
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 11/02/2022 a 10/06/2022. Valor Total: R\$ 33.600,00. Data de Assinatura: 11/02/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 11/02/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2022 - UASG 254420 - FIOCRUZ/PRESIDENCIA

Nº Processo: 25380.003939/2021-62.
Dispensa Nº 184/2021. Contratante: FUNDACAO OSWALDO CRUZ.
Contratado: 02.385.669/0001-74 - FIOTEC - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E. Objeto: O presente contrato tem por objeto a execução das atividades de apoio logístico, administrativo e gestão financeira do projeto intitulado "capacitar o cns para a implementação das ações de monitoramento e acompanhamento, em conjunto com a rede conselhos, das deliberações da 16ª conferência nacional de saúde"..
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 75 - Inciso: XV. Vigência: 11/02/2022 a 11/08/2023. Valor Total: R\$ 3.680.000,00. Data de Assinatura: 11/02/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 11/02/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2022 - UASG 254420 - FIOCRUZ/PRESIDENCIA

Número do Contrato: 55/2017.
Nº Processo: 25380.001319/2017-11.
Dispensa. Nº 142/2017. Contratante: FUNDACAO OSWALDO CRUZ. Contratado: 02.385.669/0001-74 - FIOTEC - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo vigência contratual por 10 (dez) meses, bem como alterar o contrato, para readequar o cronograma de desembolso e atividades , que integram as cláusulas segunda e quarta do contrato nº 55/2017, com fulcro no que dispõem os inc. II, § 1º, art. 57 c/c inc. I, art. 58, c/c alínea "a", inc. I do art. 65 todos da lei 8666/93.. Vigência: 27/02/2022 a 27/12/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 12.591.400,00. Data de Assinatura: 11/02/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 11/02/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2022 - UASG 254420 - FIOCRUZ/PRESIDENCIA

Número do Contrato: 11/2018.
Nº Processo: 25380.001592/2017-37.
Dispensa. Nº 174/2017. Contratante: FUNDACAO OSWALDO CRUZ. Contratado: 02.385.669/0001-74 - FIOTEC - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência contratual por 01 mês e 28 dias, (hum mês e vinte e oito dias), bem como alterar o contrato, para readequar o cronograma de desembolso e atividades, que integram as cláusulas segunda e quarta do contrato nº 11/2018, com fulcro no que dispõem os inc. II, § 1º, art. 57 c/c inc. I, art. 58, c/c alínea "a", inc. I do art 65 todos da lei 8666/93.. Vigência: 26/04/2022 a 24/06/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 470.000,00. Data de Assinatura: 10/02/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 10/02/2022).

AVISO DE ANULAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2022

Fica anulada a Inexigibilidade supracitada, referente ao processo Nº 25380002575202101 .

AUGUSTO JOAO AMERICO DE SOUSA
Chefe de Compras

(SIDECE - 11/02/2022) 254420-25201-2021NE000099

COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 16/2022 - UASG 254462 - COGIC/FIOCRUZ

Número do Contrato: 57/2014.

Nº Processo: 25389.000019/2014-83.

Regime Diferenciado de Contratações. Nº 2/2014. Contratante: COORDENAÇÃO GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI. Contratado: 05.677.555/0001-96 - ARCHITECTUS S/S. Objeto: Prorrogação dos prazos de execução e vigência. Vigência: 28/03/2022 a 22/12/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 10.210.025,02. Data de Assinatura: 11/02/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 11/02/2022).

AVISO DE SUSPENSÃO
RDC ELETRÔNICO Nº 16/2021 - UASG 254462

Nº Processo: 25389000642202165 . Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 21/01/2022 . Objeto: Desenvolvimento de Projetos de Arquitetura, Engenharias e Urbanização, e Respectiva Obra para Construção de Centro de Convivência, no Campus da Fiocruz Maré, no Rio De Janeiro/RJ.

RAFAEL GARCIA DIAS DA SILVA
Presidente Substituto da Comissão de Licitações

(SIDECE - 11/02/2022) 254430-25201-2022NE000084

EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO

Processo nº 25389.000081/2017-18. Equip Seg Serviços Especializados ILTDA. Contrato nº 45/2017-COGIC
Repactuação de preços em função da inclusão da parcela premio cesta basica constante no acordo coletivo de trabalho 2022.
Data da assinatura: 11/02/2022 . Valor do apostilamento: R\$ 19.150,80.

(COMPRASNET 4.0 - 11/02/2022).'

COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

Acordo de Cooperação sem transferência de recursos financeiros nº 189/2021 entre a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, CNPJ nº 33.781.055/0001-35, Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21045-900, por intermédio de sua unidade técnico-científica, Instituto Oswaldo Cruz - IOC e o Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB, inscrito no CNPJ sob o nº 27.214.907/0001-00, com sede na Estrada da Cruz Vermelha, nº45, Vila Santa Tereza, Belford Roxo, Rio de Janeiro, Brasil, CEP 26193-415. Objeto: "Análise paleoparasitológica e paleogenética de vestígios arqueológicos da Gruta do Gentio II". Assinatura: 10 de fevereiro de 2022. Vigência: 10/02/2022 a 10/02/2027. Signatários: Tania Cremonini de Araujo Jorge, Diretora do IOC/Fiocruz e Ondemar Ferreira Dias Junior, Diretor Presidente do IAB.
Processo FIOCRUZ nº 25030.001162/2021-71.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2022 - UASG 254450 - ENSP/FIOCRUZ

Número do Contrato: 1/2018.
Nº Processo: 25388.000539/2017-49.
Dispensa. Nº 131/2017. Contratante: ESCOLA NAC. DE SAUDE PUBLICA SERGIO AROUCA. Contratado: 02.385.669/0001-74 - FIOTEC - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E. Objeto: Termo de rescisão amigável. Vigência: 27/02/2018 a 27/02/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 4.731.683,81. Data de Assinatura: 11/02/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 11/02/2022).

INSTITUTO NACIONAL DE INFECTOLOGIA EVANDRO CHAGAS

EXTRATOS DE REGISTROS DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço nº 038/2022, Objeto: Registro de Preço objetivando o fornecimento de materiais hospitalares; Contratada: - CIRURGICA COPACABANA 2000 EIRELI, CNPJ: 02.340.772/0001-06; Item 15; Vigência: 12 (doze) meses a partir da publicação no D.O.U; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 001/2022 - INI; Processo: 25029.000727/2021-32; Valor Global: R\$ 208.800,00 (Duzentos e oito mil e oitocentos reais).

Ata de Registro de Preço nº 039/2022, Objeto: Registro de Preço objetivando o fornecimento de materiais hospitalares; Contratada: - COLOPLAST DO BRASIL LTDA, CNPJ: 02.794.555/0004-20; Itens 10, 12 e 13; Vigência: 12 (doze) meses a partir da publicação no D.O.U; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 001/2022 - INI; Processo: 25029.000727/2021-32; Valor Global: R\$ 104.149,50 (Cento e quatro mil, cento e quarenta e nove reais e cinquenta centavos).

Ata de Registro de Preço nº 040/2022, Objeto: Registro de Preço objetivando o fornecimento de materiais hospitalares; Contratada: - DE PAULI COMERCIO REPRESENTACAO IMPORTACAO E EXPORTACAO, CNPJ: 03.951.140/0001-33; Item 03; Vigência: 12 (doze) meses a partir da publicação no D.O.U; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 001/2022 - INI; Processo: 25029.000727/2021-32; Valor Global: R\$ 34.230,00 (Trinta e quatro mil, duzentos trinta reais).

Ata de Registro de Preço nº 041/2022, Objeto: Registro de Preço objetivando o fornecimento de materiais hospitalares; Contratada: - MASTER MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, CNPJ: 29.475.673/0001-80; Item 11; Vigência: 12 (doze) meses a partir da publicação no D.O.U; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 001/2022 - INI; Processo: 25029.000727/2021-32; Valor Global: R\$ 3.382,50 (Três mil, trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

Ata de Registro de Preço nº 042/2022, Objeto: Registro de Preço objetivando o fornecimento de materiais hospitalares; Contratada: - IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A, CNPJ: 33.255.787/0001-91; Item 16; Vigência: 12 (doze) meses a partir da publicação no D.O.U; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 001/2022 - INI; Processo: 25029.000727/2021-32; Valor Global: R\$ 21.810,00 (Vinte e um mil, oitocentos e dez reais).

Ata de Registro de Preço nº 043/2022, Objeto: Registro de Preço objetivando o fornecimento de materiais hospitalares; Contratada: - BACE COMERCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ: 47.411.780/0001-26; Itens 06 e 08; Vigência: 12 (doze) meses a partir da publicação no D.O.U; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 001/2022 - INI; Processo: 25029.000727/2021-32; Valor Global: R\$ 229.516,00 (Duzentos e vinte nove mil, quinhentos e dezesseis reais).

Ata de Registro de Preço nº 044/2022, Objeto: Registro de Preço objetivando o fornecimento de materiais hospitalares; Contratada: - CREMER S.A, CNPJ: 82.641.325/0021-61; Item 07; Vigência: 12 (doze) meses a partir da publicação no D.O.U; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 001/2022 - INI; Processo: 25029.000727/2021-32; Valor Global: R\$ 5.295,00 (Cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2022 - UASG 254492 - INI/FIOCRUZ

Número do Contrato: 35/2021.
Nº Processo: 25029.000503/2021-21.
Dispensa. Nº 30/2021. Contratante: INST.NACIONAL DE INFECTOLOGIA EVANDRO CHAGAS. Contratado: 02.385.669/0001-74 - FIOTEC - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E. Objeto: Prorrogação dos prazos de execução e de vigência do contrato por 04 (quatro) meses, assim como a alteração contratual com vistas ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato nº 35/2021 de execução das atividades de apoio logístico, administrativo e gestão financeira no projeto " Ações do INI/Fiocruz para enfrentamento da pandemia da doença causada pelo SARS-CoV-2, por meio de ações de assistência e pesquisa - Etapa 3", com fulcro no que dispõem os inc. IV, §1º, art. 57 c/c inc. I, art. 58, c/c §1º, do art. 65, todos da Lei nº 8.666/93. Vigência: 19/02/2022 a 19/06/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 58.829.081,00. Data de Assinatura: 11/02/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 11/02/2022).

